

Adiamento demonstra indefinição do governo

AGÊNCIA ESTADO

“O constante adiamento da divulgação do ‘pacote’ econômico demonstra indefinição por parte do governo, alimenta a oposição e cria ainda problemas decorrentes do curto espaço de tempo que o Congresso terá para a votação das medidas.” O comentário foi feito ontem pelo economista Roberto Macedo, da Universidade de São Paulo. Para ele, o “pacote” apresenta aspectos positivos, na medida em que pretende diminuir a tributação do Imposto de Renda para as classes mais baixas e aumentar a das classes mais elevadas.

“Por outro lado, a afirmação de que se tributará somente as grandes empresas é ilusória, porque estas repassam os seus preços ao consumidor e acabam penalizando as famílias de baixa renda. Neste sentido, esse tipo de tributação compromete o aspecto redistributivo do Imposto de Renda pretendido pelo pacote”, afirmou Macedo. “Apesar disso, um aumento de impostos para reduzir o déficit governamental é até defensável. Entretanto, teria sido melhor que, antes disso, o governo se tivesse preocupado em promover um enxugamento de seus próprios gastos.”

O economista Yuchi Tsukamoto, da FGV, também lembra o mesmo aspecto: “Quando o presidente Sarney assumiu, seu primeiro pronunciamento foi quase uma ordem: é proibido gastar. Com isso, veio o compromisso assumido pelo novo governo de diminuir o tamanho do setor público. Ao lado desta promessa, temos o crescimento da economia

brasileira, que segundo estimativas do governo deverá ultrapassar 7% este ano. É preciso lembrar que o crescimento teve reflexos no aumento da arrecadação tributária: dados recentes dizem que a arrecadação fiscal cresceu 12% e o ICM 20% em termos reais. Assim, se aumentam as arrecadações e se há um compromisso do governo de diminuir o setor público, não vejo justificativas para aumentar ainda mais a arrecadação tributária para o próximo ano”.

Para Tsukamoto, o governo precisa dar uma boa explicação para o pacote, “que só será aceitável se destinar verbas substanciais para objetivos sociais. Nenhum outro argumento poderá justificar a maior arrecadação”.

ÍNDICES

A utilização de um INPC ampliado, a ser calculado pelo IBGE, em substituição ao atual INPC e ao IGP — este último sob responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas — reduzirá o impacto do custo da alimentação no índice final. Dessa forma, os efeitos da estiagem dos últimos meses sobre as principais regiões produtoras, atrasando o plantio e reduzindo a produtividade de vários alimentos (arroz, milho e soja, entre outros), e que deveria influenciar de maneira sensível a taxa de inflação dos primeiros meses de 1986, serão amenizados, conforme admitiu ontem o economista Seiti Kaneko Endo, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe).

Essa mesma opinião foi manifestada pelo economista Sérgio Men-

donça, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), acrescentando, ainda, que a criação de um índice único para corrigir capital e trabalho, apesar de representar um bom princípio, não significará o fim das desigualdades regionais. Lembrou que, enquanto o IGP tinha o inconveniente de refletir uma situação quase que específica do Rio de Janeiro, o INPC ampliado passará a refletir basicamente o comportamento de São Paulo e Rio, onde se encontram os contingentes de maior poder aquisitivo do País.

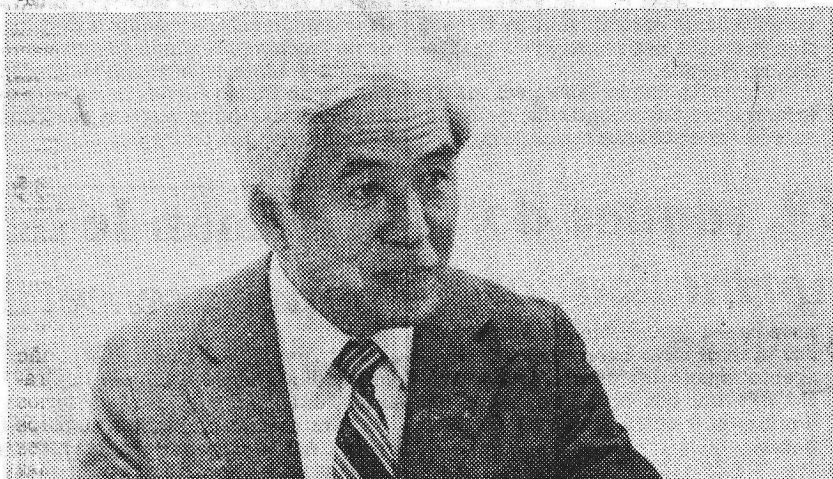
Essa situação, de acordo com Mendonça, deverá ocorrer porque o INPC ampliado considera o peso da alimentação numa renda familiar de até 32 salários mínimos, o que, na opinião de Seiti Endo, “afetará de forma perversa as camadas de menor poder aquisitivo”. Enquanto a alimentação participa com 42% do atual INPC, em virtude de representar os gastos de uma família com renda de até cinco salários-mínimos, no novo índice essa participação cairá para 30%, segundo os dados da Fipe.

Mesmo considerando “adequada” a unificação dos índices, Seiti Endo mostrou-se “descrente” quanto aos efeitos mais abrangentes da medida. “Mexeu-se nos efeitos e não nas causas reais da inflação, que passam necessariamente pelo controle do déficit público. Enquanto não se fizer isso, não será com mudanças de índices que resolveremos os problemas da economia”, disse.

COMÉRCIO

Há um clima de confiança e apreensão, ao mesmo tempo, entre os comerciantes de São Paulo em relação ao “pacote” fiscal que será anunciado hoje pelo governo. Em função das notícias veiculadas até agora, os comerciantes esperam que as novas medidas não penalizem as micro, pequenas e médias empresas, e que o aumento de tributação fique restrito aos altos salários e rendimentos de capital.

“As micro, pequenas e médias empresas pagam tributos altos e representam muito pouco no aspecto econômico, mas têm um grande valor social, pelo número de pessoas que empregam”, afirma o presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, Murad Salomão Saad. “Ninguém quer deixar de pagar impostos, mas que isto seja feito da forma mais simples e barata.”



Arquivo

Tsukamoto: governo precisa justificar o “pacote”